

31/03/2009

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 93.628-8 SÃO PAULO

RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
PACIENTE(S) : ANTONIO BAMBOZZI
PACIENTE(S) : WARNER ANTONIO BAMBOZZI
PACIENTE(S) : BRUNO BAMBOZZI FILHO
PACIENTE(S) : HELDER LUIZ BAMBOZZI OU HEDER LUIZ BAMBOZZI
IMPETRANTE(S) : ANTONIO BAMBOZZI E OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : ANTONIO PAULO DE MATTOS DONADELLI E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. AÇÃO PENAL. FALTA DE JUSTA CAUSA. TRANCAMENTO. INADMISSIBILIDADE. IMPROCEDÊNCIA. AUSÊNCIA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUTAS. CRIME SOCIETÁRIO. PRESENÇA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE AUTORIA PARA A PROPOSITURA E RECEBIMENTO DA AÇÃO PENAL. ART. 41 DO CPP. ORDEM DENEGADA.

I - A análise da suficiência ou não de provas para a propositura da ação penal, por depender de exame minucioso do contexto fático, não pode, como regra, ser levada a efeito pela via do *habeas corpus*.

II - Para o recebimento da ação penal não se faz necessária a existência de prova cabal e segura acerca da autoria do delito descrito na inicial, mas apenas prova indiciária, nos limites da razoabilidade.

III - Em crimes societários, a denúncia deve pormenorizar a ação dos denunciados no quanto possível. Não impede a ampla defesa, entretanto, quando se evidencia o vínculo dos denunciados com a ação da empresa denunciada.

IV - Ordem denegada, para que a ação penal siga seu curso, com as cautelas de estilo.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Carlos Ayres Britto, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por decisão unânime, indeferir o pedido de *habeas corpus*.

Brasília, 31 de março de 2009.

RICARDO LEWANDOWSKI - RELATOR



31/03/2009

PRIMEIRA TURMA

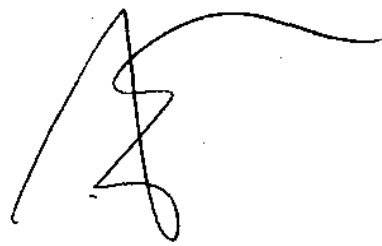
HABEAS CORPUS 93.628-8 SÃO PAULO

RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
PACIENTE(S) : **ANTONIO BAMBOZZI**
PACIENTE(S) : **WARNER ANTONIO BAMBOZZI**
PACIENTE(S) : **BRUNO BAMBOZZI FILHO**
PACIENTE(S) : **HELDER LUIZ BAMBOZZI OU HEDER LUIZ BAMBOZZI**
IMPETRANTE(S) : **ANTONIO BAMBOZZI E OUTRO(A/S)**
ADVOGADO(A/S) : **ANTONIO PAULO DE MATTOS DONADELLI E OUTRO(A/S)**
COATOR(A/S) (ES) : **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

R E L A T Ó R I O

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**: - Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado por Antonio Paulo de Mattos Donadelli e outros em favor de ANTONIO BAMBOZZI E OUTROS, contra decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça nos autos do RHC 21.459/SP, Rel. Min. Jane Silva (Desembargadora convocada do TJ/MG).

Inferre-se dos autos que os pacientes foram denunciados pela prática, em tese, do delito descrito no art. 168-A do Código Penal (apropriação indébita) por não terem repassado à Previdência Social impostos recolhidos dos empregados da sua Empresa BAMBOZZI SOLDAS LTDA. (fls. 30-32 do apenso).



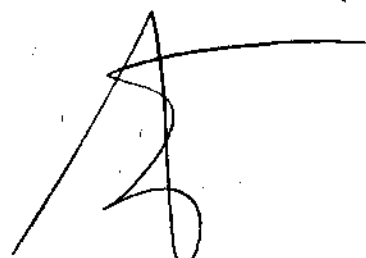
HC 93.628 / SP

Sustentam, em síntese, que a denúncia foi genérica, limitando-se a "dizer que os denunciados são sócios da empresa e que os recolhimentos não foram efetivados, o que não é suficiente para caracterizar o tipo penal a eles imputado" (fl. 5).

Aduzem, mais, que a denúncia não descreveu qual seria a conduta dos pacientes e que não indicou como o Estatuto Social obrigava cada um deles ao recolhimento dos tributos, uma vez que, nos termos desse diploma, o pagamento de tributos "nunca foi de responsabilidade conjunta dos quatro réus, além disso poderia ser delegado a administradores" (fl. 5).

Argumentam, desse modo, que a peça acusatória contraria o art. 41 do Código de Processo Penal e fere o princípio constitucional do devido processo legal, previsto no art. 5º, LV, já que a denúncia é inepta por não descrever adequadamente as condutas dos indiciados.

Requerem, ao final, o deferimento de liminar e, no mérito, a concessão da ordem para que seja trancada a ação penal, processo 2006.61.20.002884-7, que tramita perante a 2ª Vara Federal de Araraquara/SP.

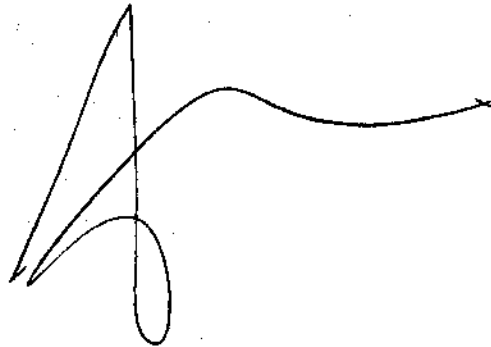


HC 93.628 / SP

Às fls. 26-28, a Min. Ellen Gracie, à época Presidenta desta Suprema Corte, indeferiu a liminar.

O parecer do Ministério Público Federal, de lavra do Subprocurador-Geral da República Edson Oliveira de Almeida, é pela denegação da ordem.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'A' followed by a horizontal line that curves upwards at the end.

31/03/2009

PRIMEIRA TURMA

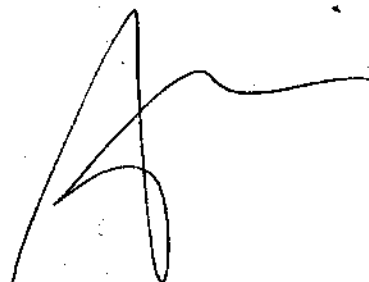
HABEAS CORPUS 93.628-8 SÃO PAULOV O T O

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI** (Relator): Não obstante as bem lançadas razões dos impetrantes, tenho para mim que a inicial não reúne condições suficientes para dar ensejo à concessão do writ.

Observo, de início, que o exame aprofundado de provas, em sede de *habeas corpus*, não se mostra possível, visto tratar-se - na seara penal - de instrumento destinado à proteção de direito líquido e certo, que não admite dilação probatória.

E tal vedação tem especial aplicação na situação sob exame, porquanto os autos originários acham-se em momento processual no qual a dúvida milita *pro societate*.

Isso faz com que o trancamento da ação penal por ausência de justa causa só possa se dar em estrita atenção às hipóteses do art. 395 da Lei Adjetiva, o que, segundo me parece, não é o caso dos autos.



HC 93.628 / SP

Com efeito, da leitura da peça acusatória, constata-se, sem muito esforço, que nela se descreve o fato típico imputado aos pacientes, bem assim os indícios de materialidade e autoria, requisitos suficientes ao recebimento da denúncia, expostos no art. 41 do Código Processual Penal, conforme se extrai do trecho abaixo:

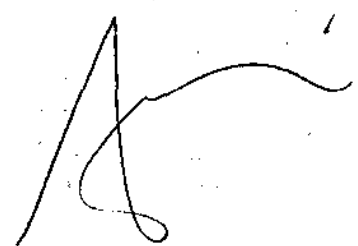
"Em fiscalização levada a efeito nos documentos de 'BAMBOZZI SOLDAS LTDA', CNPJ nº 03.868.938/0001-16, estabelecida na Rua Bambozzi, 522, Matão/SP, a auditoria a Previdência Social constatou que a referida empresa, nos períodos de 05/2001 a 01/2003 e 02/2003 a 13/2003, embora tenha feito o desconto nos salários de seus empregados, pertinente às contribuições previdenciárias, deixou de efetuar o atinente recolhimento aos cofres da autarquia, conforme está demonstrado nos relatórios fiscais que acompanham a presente.

(...)

Observa-se que até a presente data não houve qualquer pagamento efetuado, sendo que o valor atualizado do débito já alcançou o montante de R\$ 1.671.413,82.

Os denunciados são sócios-gerentes da empresa supra-nominada, conforme documentos juntados às fls. 39/62, e durante todo o período da consumação do delito, ostentaram a qualidade de responsáveis tributários, tendo claramente se furtado de seus deveres legais de zelar pelo recolhimento devido, passando então a utilizarem-se de valores e dinheiro alheio em benefício próprio ou de terceiros, lesando assim a autarquia federal devendo, pois, responderem pessoalmente pelo crime ora descrito.

Diante do exposto, o Ministério Público Federal denuncia Antonio Bambozzi, Warner Antonio Bambozzi, Bruno Bambozzi Filho e Heder Luiz Bambozzi, como incurso nas sanções do artigo 168-A c/c. o art. 71, ambos do código Penal, requerendo seja esta recebida



e determinada a citação dos denunciados para comparecerem ao interrogatório e demais atos processuais até final condenação" (fls. 44-45 do apenso).

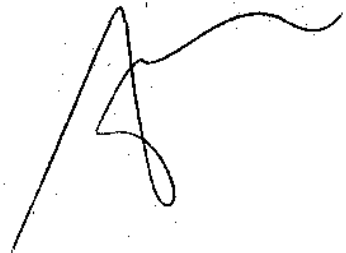
Como muito bem apontou o Ministério Público,

"É dispensável especificar, pormenorizadamente a conduta delitiva de cada uma das pessoas envolvidas - todos sócios-gerentes da empresa - bastando que se mostre a participação na conduta tida como delito em tese, o que foi feito na denúncia atacada.

A denúncia, ainda que sucinta, demonstra com clareza e objetividade os fatos supostamente criminosos, com a indicação dos documentos comprobatórios das imputações feitas aos ora pacientes, possibilitando o exercício das garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório. Não se pode trancar a ação penal quando descritos, na peça acusatória, de forma adequada, a existência, em tese, de fatos típicos, e presentes indícios de autoria e materialidade delitivas.

Ademais, a análise quanto ao teor dos documentos que acompanham a peça acusatória requer o exame apurado da matéria fática e probatória, o que é vedado na via estreita do writ. Mesmo que se admitisse a análise dos documentos trazidos aos autos, note-se que as Cláusulas 6ª e 7ª do Contrato Social demonstram que todos os pacientes 'possuíam poderes de gerência e gestão da empresa', logo, aparentemente, todos eram responsáveis pelos atos que omitiram. (fl. 78).

Desse modo, no concernente à falta de individualização das condutas dos dirigentes, o STF tem consignado, como o fez no HC AG 89.985/SP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, que, em se tratando



"de crimes societários em que não se verifica, de plano, que 'as responsabilidades de cada um dos sócios ou gerentes são diferenciadas, em razão do próprio contrato social relativo ao registro da pessoa jurídica envolvida', não há inépcia da denúncia pela ausência de indicação individualizada da conduta de cada indiciado, sendo suficiente a de que "os acusados sejam de algum modo responsáveis pela condução da sociedade sob a qual foram supostamente praticados os delitos" (HC 85.579, Rel. Min. Gilmar Mendes).

De mais a mais, cito julgados desta Corte que apontam no mesmo sentido:

"EMENTA: HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO E LAVAGEM DE DINHEIRO. ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA DENÚNCIA, ILEGALIDADE DOS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS E FALTA DE JUSTA CAUSA. TRANCAMENTO. REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO EXISTENTE NOS AUTOS DA AÇÃO PENAL: IMPOSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS INDEFERIDO.

1. Inviável, nos limites do habeas corpus, a apreciação das alegações dos Impetrantes, no sentido de que a) o Juízo da 2ª Vara Federal Criminal de Curitiba-PR seria incompetente para processar e julgar a ação penal; b) a denúncia seria inepta; c) não haveria justa causa para a ação penal; e d) os procedimentos de investigação seriam inconstitucionais e ilegais, em razão de que essas questões demandariam exame profundo do conjunto probatório existente nos autos da ação penal, ainda em formação.

2. A alegada inépcia da denúncia e a falta de justa causa, assertivas jurídicas apresentadas pelos Impetrantes, não infirmam a inquestionável validade do ato impugnado.

3. Não se pode trancar a ação penal, quando descritos, na denúncia, comportamentos típicos, ou seja, quando factíveis e manifestos os indícios de autoria e materialidade delitivas. Precedentes.

4. O exame da alegada inocência do Paciente não se coaduna com a via processual eleita, sendo essa



análise reservada aos processos de conhecimento, nos quais a dilação probatória tem espaço garantido, na forma constitucionalmente assegurada" (HC 91.158/PR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA).

"EMENTA: HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INEXISTÊNCIA. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP. PRECEDENTES. FALTA DE JUSTA CAUSA DA AÇÃO PENAL.

1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem exigido a descrição, ainda que mínima, da participação de cada um dos acusados nos chamados crimes societários. Isso para possibilitar o adequado exercício do direito de defesa. HC 80.549, Relator o Ministro Nelson Jobim.

2. No caso, a peça inicial acusatória atende aos requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, sem incidir nas hipóteses de rejeição que se lê no art. 43 do mesmo diploma, porquanto descreve a conduta tida por delituosa, indica o momento em que ela teria ocorrido e individualiza, no tempo, a responsabilidade dos sócios na gestão da empresa. Precedentes: HC 84.889, Relator o Ministro Marco Aurélio; e HC 87.174, deste relator.

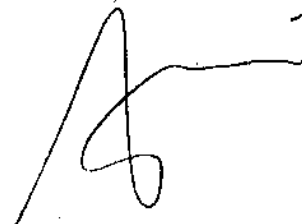
3. O trancamento da ação penal pressupõe demonstração, de plano, da ausência de justa causa para a ação penal.

4. Habeas corpus indeferido (HC 86.362/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO)".

"EMENTA: HABEAS CORPUS. DENÚNCIA. CRIME SOCIETÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DESCONTADA DOS EMPREGADOS E NÃO RECOLHIDA AOS COFRES PÚBLICOS. CONDUTA DELITUOSA. DESCRIÇÃO PORMENORIZADA. REQUISITO QUE NÃO SE MOSTRA IMPRESCINDÍVEL.

Pelo teor da peça acusatória verifica-se ser ela formalmente apta ao fim a que se destina, atendendo as exigências do art. 41 do CPP.

Além de estar apoiada nos elementos constantes do procedimento da fiscalização, retrata, com consistência, fatos suficientes e conclusivos de modo a possibilitar a identificação da prática do delito de apropriação indébita, explicitando a época dos fatos, os valores que foram desviados e o meio empregado,



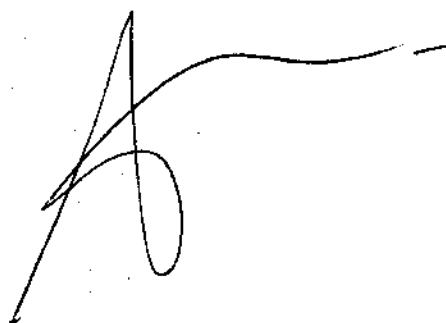
HC 93.628 / SP

circunstâncias que abrem espaço ao exercício da mais ampla defesa.

A constatação do elemento subjetivo do delito é de ser melhor apreciada a partir da realização dos atos de instrução processual, onde poderá haver uma análise valorativa da prova, sabido que na peça inicial acusatória só se indaga se o relato se ajusta à figura típica de que se cuida.

A alegação de que nos delitos societários é necessário que a denúncia individualize a participação de cada um dos acusados não encontra apoio na orientação da jurisprudência desta Corte, que não considera condição ao oferecimento da denúncia a descrição mais pormenorizada da conduta de cada sócio ou gerente, mas apenas que se estabeleça o vínculo de cada um ao ilícito" (HC 73.419/RJ, Rel. Min. ILMAR GALVÃO).

Isso posto, e considerando, sobretudo, que o recebimento da denúncia não exige prova cabal e definitiva da autoria, senão prova indiciária com razoável grau de suficiência, conheço do writ, denegando, todavia, a ordem para que a ação penal siga seu curso, com as cautelas de estilo.



PRIMEIRA TURMA**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 93.628-8**

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

PACTE.(S) : ANTONIO BAMBOZZI

PACTE.(S) : WARNER ANTONIO BAMBOZZI

PACTE.(S) : BRUNO BAMBOZZI FILHO

PACTE.(S) : HELDER LUIZ BAMBOZZI OU HEDER LUIZ BAMBOZZI

IMPTE.(S) : ANTONIO BAMBOZZI E OUTRO (A/S)

ADV.(A/S) : ANTONIO PAULO DE MATTOS DONADELLI E OUTRO (A/S)

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma indeferiu o pedido de **habeas corpus**. Unânime.
1ª Turma, 31.03.2009.

Presidência do Ministro Carlos Ayres Britto. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Menezes Direito.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.

Ricardo Dias Duarte
Coordenador